



FLÁVIO BOLSONARO (PL):

"A direita é uma grande potência eleitoral no Rio para 2024"



A Alerj fez muito por você. E vai fazer ainda mais.

O número de deputadas é o maior da história da Alerj, e isso resulta em leis que representam as mulheres do estado, como a Lei 9996/23, que combate a violência contra a mulher em carros de aplicativo.

Saiba tudo em:

alerj.rj.gov.br









EDITORIAL

FIRMES E FORTES

Dando continuidade aos temas tratados em nossa primeira edição, o segundo número da Revista Coisas da
Política traz para seus leitores matérias e notas sobre o
mundo político, bastidores,
projetos de lei, transparência
e outras fofocas do mercado fluminense, sempre fiel à
veracidade dos fatos, como
um veículo isento, sério e de
grande credibilidade no meio
político.

Nas próximas páginas, você vai saber mais sobre o programa Segurança Presente que está chegando ao bairro de Campo Grande e sobre projetos de lei para o aumento da licença maternidade, para combater o tráfico de crianças e para reduzir o déficit habitacional. Também trazemos um balanço da gestão da prefeita de Quissamã, Fátima Pacheco, e uma proposta de moratória como possível solução à dívida do estado do Rio com a União, entre outros assuntos da mais alta relevância.

Mas a cereja do bolo ficou por conta de uma entrevista exclusivíssima com o senador Flávio Bolsonaro falando sobre as perspectivas do PL para as eleições de 2024 e de 2026 e sobre o atual cenário da política fluminense.

Também trazemos a nossa nova coluna de política, Balaio do Gato, com as fofocas de bastidor contadas com



WWW.COISASDAPOLITICA.COM

coisasdapolitica.rj@gmail.com DISTRIBUIÇÃO GRATUITA LTDA CNPJ: 53.311.915/0001-84

> Gráfica Esfera Tiragem: 5.000

JORNALISTA RESPONSÁVEL Jefferson Lemos | 18963RJ

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

M. Macedo

muita graça e malícia pelo colunista Gato Maestro.

A todos, uma excelente leitura!





CIDADES

UM PARAÍSO PARA NINGUÉM COLOCAR DEFEITO



Prefeita de Quissamã, Fátima Pacheco está em seu segundo mandato consecutivo. Crédito: Prefeitura de Quissamã

Ocupando uma área de mais de 715 mil km² e com uma população de 25,5 mil habitantes, o município de Quissamã é uma joia ainda pouco conhecida pelos apaixonados pela natureza. Além de belas praias, lagoas e canais, o município também se destaca por abrigar 62,38% da área do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

Dominada pelos índios Goitacazes na época da chegada dos europeus ao Brasil, a região foi destaque nas culturas de gado e de cana-de-açúcar. Atualmente, sua economia está centrada na exploração de petróleo na Bacia de Campos, mas sempre com um olhar cuidadoso às questões socioambientais, garante a atual prefeita de Quissamã, Fátima Pacheco.

Em seu segundo mandato consecutivo, Fátima se mostra feliz com o resultado de sua gestão e com os investimentos realizados. Só na área social, foram mais de R\$ 88 milhões investidos em projetos. Destaque para os programas Primeiros Passos, Agente Mirim, Jovens em Ação, Pró-Mulher, PAI, Aluguel Social, PCD e Renda Mínima.

"Inauguramos a Casa Social da Penha e a sede do Creas, entregamos o CRAS de Santa Catarina e o de Caxias, com um novo em fase de construção, e revitalizamos o do Sítio Quissamã. Isso sem falar nos investimentos nos centros de referência da Juventude, da Criança e do Adolescente e no Centro de Atendimento à Mulher. Em nossa gestão, não medimos esforços para cui-

dar bem da nossa cidade e do nosso povo", destacou a prefeita.

E os números não param por aí. Na área de infraestrutura, foram mais de 30 obras realizadas e R\$ 50 milhões investidos. No Esporte, aproximadamente 100 esportistas recebem o Bolsa Atleta e 3,5 mil alunos estão inscritos em escolinhas esportivas.

Na Educação, a prefeitura foi responsável pela distribuição de 342 bolsas de estudos, sendo 241 para nível superior, 97 para ensino médio e quatro para especialização de professores. Os estudantes também contam com transporte gratuito. E para que as mães possam trabalhar com tranquilidade, a prefeitura inaugurou a Creche Julia Pessanha, a maior da cidade, e outras três estão a caminho: Machadinha, Piteiras e Barra do Furado. Fátima ainda destaca que todas as unidades escolares foram reformadas. As salas de aula são modernas e climatizadas, com laboratórios de apoio ao conhecimento. Além do uniforme e de uma merenda de qualidade, a prefeitura também distribuiu tablets para as crianças e notebooks para os alunos.

Investimentos ainda nas áreas de capacitação, agricultura familiar, geração de empregos, segurança e saúde

Tantas realizações trouxeram prêmios importantes para a cidade, como o de Cidade Mais Sustentável do Estado no Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades e o Band Cidades Excelentes - Categoria Saúde e Bem-Estar. Quissamã também é reconhecida como a primeira cidade no Estado e a oitava no Brasil no Índice Município Amigo da Primeira Infância (IMAPI) e possui a melhor experiência do estado com o tema "Vacina Eu, Tu e Eles no SUS". Também é a primeira cidade na categoria Saúde Coletiva-Aleitamento Materno pela Campanha de Amamentação no Agosto Dourado em 2023 e recebeu a medalha de Honra ao Mérito pelo desempenho no Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde – PQA-VS.

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA DA ALERJ QUER UNIR PREFEITOS E CONCESSIONÁRIAS PARA DEBATER SOLUÇÕES PARA O SETOR



Deputado Thiago Rangel (PMB). Crédito: divulgação/Alerj

Um levantamento realizado pela Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (Cojes) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro montou o ranking das empresas mais demandadas nos Juizados Especiais Cíveis do estado no ano de 2023. Segundo o relatório, as concessionárias de serviços públicos Light (39.894 processos) e Enel (26.347 processos) ocuparam, respectivamente, a primeira e a segunda posição.

O levantamento apontou ainda que, juntas, as concessionárias de serviços públicos de água, gás e energia somaram mais de 90 mil processos nos Juizados Especiais Cíveis do Rio no mesmo período. O Grupo Light foi acionado 39.894 vezes; e a Enel, 26.347.

Para buscar soluções para o problema, que não é de hoje, o presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj), deputado Thiago Rangel (PMB), anunciou a realização de uma audiência pública, a ser convocada já nos próximos meses.

De acordo com o parlamentar, o objetivo é dar voz tanto às concessionárias quanto aos prefeitos para que cada um possa apresentar seus problemas e apontar soluções. "Identificamos que os investimentos têm desacelerado e isso é explicado por vários fatores. Um deles é que, em 2026, prazo em que termina o contrato da Enel e da Light com o governo do estado, haverá um novo chamamento público", destacou Rangel. O deputado ainda apontou um segundo fator bastante decisivo para o problema: a inadimplência das prefeituras, que deixam de pagar a conta de energia, gerando um prejuízo imenso às concessionárias.

"A gente não está dizendo que não existam falhas na prestação de serviços das duas concessionárias, tanto da Enel quando da Light. Mas a gente também não pode ser leviano e omitir que, por conta da falta dos repasses de pagamentos de algumas prefeituras, a manutenção da rede elétrica e os novos investimentos ficam prejudicados", explicou.

Com base eleitoral em Campos dos Goytacazes, no norte Fluminense, o presidente da comissão usou números de sua cidade para exemplificar o problema. "Só o município de Campos deve algo entre 60 e 70 milhões de reais em valores corrigidos. Imagine o valor do rombo se somarmos todos os municípios que estão inadimplentes?", alertou o deputado. E lamentou: "Já ouvi prefeitos falando que não iriam pagar a conta de luz do hospital porque a concessionária por lei não poderia contar o fornecimento de energia, por se tratar de um serviço de necessidade básica. É o famoso calote e eu discordo totalmente disso".

Para a audiência, o deputado prometeu apresentar um levantamento de todos os municípios devedores e qual é o rombo das concessionária. "Vai ser um momento de negociação, para que as concessionárias ofereçam condições de parcelamento das dívidas e os prefeitos apresentem suas demandas e dificuldades. O que a gente precisa é de pré-disposição de ambos os lados, um para pagar e outro para parcelar", concluiu Thiago Rangel.

TJ-RJ REJEITA QUEIXA-CRIME CONTRA DEPUTADO ALAN LOPES



Deputado Alan Lopes é absolvido por unanimidade. Crédito: Octacílio Barbosa/Alerj

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ) rejeitou, por unanimidade, no dia 6 de maio, a Queixa-Crime apresentada pela professora Daniela Araújo de Abreu contra o deputado estadual Alan Lopes (PL). No processo, a profissional alegou ter sido caluniada e difamada pelo deputado após uma fiscalização da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) na escola em que ela leciona Artes, no município de Magé, na Baixada Fluminense.

Nos meses de fevereiro e março do ano passado, a Comissão, que é presidida por Alan Lopes, recebeu uma série de denúncias de que a professora abordava em sala de aula assuntos desconexos com a disciplinava que ministra, como política e liberação das drogas. O deputado esteve na escola e, após comprovar as denúncias, apresentou um pedido junto à Corregedoria da Secretaria de Educação do Estado (Seeduc) para a verificação dos fatos.

Durante o julgamento do caso, o advogado de defesa, Maurizio Spinelli, explicou que, para que se verifique a calúnia, é necessário que haja uma acusação falsa contra alguém, de um fato tipificado como crime. "A confusa e frágil peça acusatória não detalha qual fato específico definido como crime teria sido imputado falsamente à querelante (professora). Não configura calúnia a alegação genérica de uma conduta eventualmente irregular, como, por exemplo, o da doutrinação, que não tem tipificação penal", defendeu Spinelli. E completou: "Não há qualquer elemento que sustente o prosseguimento desse processo".

Ao final do julgamento, a professora confessou ter sido induzida pelo Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE) a entrar com a ação, mesmo contra sua vontade, deixando clara a tentativa da classe de instrumentalizar a profissional.

NOVA IGUAÇU: CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO DE SEGURANÇA É INCLUÍDA NO ORÇAMENTO DE 2024

A implantação de um complexo de segurança em Nova Iguaçu, com a construção de três unidades vinculadas à Polícia Militar, foi incluída no orçamento de 2024, aprovado pelo governador Cláudio Castro (PL). Através de emendas de prioridade apresentadas pelo deputado estadual Carlinhos BNH (PP), estão incorporadas ao orçamento a construção de um batalhão da PM, um hospital e um Grupamento Aeromóvel (GAM) no município da Baixada Fluminense.

Membro da Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), Carlinhos BNH justifica a necessidade de implantação de um batalhão da Polícia Militar e de uma base do GAM porque Nova Iguaçu, apesar de ser o quarto município mais populoso do estado, não dispõe de um batalhão próprio.

Além disso, embora seja considerada a "capital da Baixada Fluminense", Nova Iguaçu é a única cidade da região que não tem seu próprio batalhão de Polícia Militar. O que já teve se foi com a emancipação de Mesquita, em 1999.

Segundo o deputado, batalhão e GAM em Nova Iguaçu poderão trabalhar em conjunto com o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) da Baixada Fluminense, reforçando ainda mais o policiamento ostensivo.

"A população de Nova Iguaçu sofre com o avanço da criminalidade. A implantação de um complexo de segurança no município é uma forma efetiva de combater a violência e proporcionar mais segurança para as famílias e comerciantes", argumenta o deputado.

Já a construção do Hospital da Polícia Militar vai proporcionar atendimento na própria Baixada Fluminense, como também socorro a oriundos da Zona Oeste e até interior, acredita Carlinhos BNH, desafogando os hospitais da PM do Centro e de Niterói. "Vai ser uma grande vitória para os policiais militares e familiares a construção de um HPM em Nova Iguaçu, o socorro rápido e eficiente vai salvar vidas", disse.



Deputado Carlinhos BNH quer Complexo de Segurança em Nova Iguaçu. Crédito: divulgação/Alerj

O terreno para implantação do complexo de segurança fica no bairro da Posse - uma área em frente ao campus da Universidade Rural, cuja cessão do governo federal ao estado já está em trâmite adiantado.

Dentre as emendas de prioridade que o deputado conseguiu aprovar junto ao orçamento estadual de 2024, também foram solicitados por Carlinhos BNH o aumento da frota de motos da Polícia Militar e a blindagem completa das viaturas – atualmente apenas os vidros são blindados.

Cerca de 80% dos assaltos são praticados com o uso de motocicletas. O que se espera é que, com o aumento do número de motos nos batalhões de todas as regiões do estado, seja possível garantir maior agilidade e rapidez para deslocamentos e abordagens.

"As motos são ferramentas importantes para o policiamento preventivo, principalmente em situações que necessitam de deslocamento emergencial. E a blindagem completa das viaturas pode ajudar a reduzir as mortes de policiais em serviço. Vou continuar trabalhando junto ao governador para melhorarmos cada vez mais as condições de trabalho e segurança dos policiais", conclui o deputado Carlinhos BNH.

NOVIDADE NA ZONA OESTE: SEGURANÇA PRESENTE VAI CHEGAR A CAMPO GRANDE



Deputado Márcio Gualberto. Crédito: divulgação/Alerj

Antiga demanda de moradores e comerciantes de Campo Grande, na Zona Oeste do Rio, o bairro deve receber em breve o Programa Segurança Presente. No dia 27 de maio, o deputado Márcio Gualberto (PL) esteve no bairro ao lado do coronel PM Caetano, responsável pelo programa. Eles percorreram juntos várias localidades para definir a melhor forma de atender os moradores e empresários.

"Hoje demos um passo importante para que essa iniciativa, em breve, se concretize, trazendo mais segurança e qualidade de vida para a região", comemorou o deputado que também preside a Comissão de Segurança Pública e Assuntos de Polícia da Alerj.

Alguns dias antes, Márcio Gualberto já havia articulado um encontro no Palácio Guanabara que reuniu representantes da Associação Empresarial de Campo Grande (AECG Rio) e o secretário do Governo do Estado, André Moura, entre outras autoridades. Foi o pontapé inicial para que a iniciativa finalmente saísse do papel.

Na ocasião, também ficou definido que, até a implantação do Segurança Presente na região, o bairro receberá reforços na segurança pública com aumento do efetivo de policiais militares.

Desde o ano passado, autoridades vêm registrando um aumento no número de confrontos entre grupos armados que tentam controlar a milícia no bairro. O episódio mais emblemático aconteceu no dia 23 de outubro, quando 35 ônibus foram incendiados e todo o comércio precisou fechar as portas por dois dias após a morte de Matheus da Silva Rezende, de 24 anos. Conhecido como Teteu e Faustão, o criminoso era sobrinho de Zinho, que comanda a milícia na região.



Reunião no Palácio Guanabara. Crédito: divulgação.

ECONOMIA

DEPUTADO PROPÕE MORATÓRIA DA DÍVIDA ESTADUAL COM A UNIÃO

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro está discutindo as diretrizes para o orçamento de 2025, a LDO/25, que aponta um déficit na ordem de R\$ 13,7 bilhões, grande parte decorrente do retorno ao pagamento da dívida que o Estado do Rio de Janeiro tem com a União, na ordem de R\$ 11,6 bilhões. O montante compromete gravemente o pagamento das despesas com pessoal e contratos do Estado.

Diante deste cenário de penúria, uma emenda no projeto da LDO que tramita na Alerj chamou atenção dos deputados. O líder do PL na Casa, deputado Anderson Moraes, propôs a moratória da dívida com a União, no caso dela comprometer o pagamento de salários e serviços básicos. O parlamentar alega ainda que o atual governo federal tem responsabilidade nesta dívida, quando dos investimentos para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas 2016.

"Trata-se de uma autorização do parlamento para dar ao governador uma medida de cunho emergencial", justificou Anderson Moraes. O deputado considerou inadmissível a proposta do Governo Federal para com a dívida do Rio. "O estado quebrou sob a gestão do Lula, começou a se reerguer nos governos Temer e Bolsonaro com o Regime de Recuperação Fiscal e agora estamos voltando à mesma situação. O STF reconheceu o risco, concedendo uma liminar ao estado para este ano. Porém, para 2025, a situação será ainda pior. Não podemos voltar a ter serviços públicos em colapso e servidores pedindo esmolas. A moratória pode ser a última saída neste cenário caótico", defendeu o líder do PL.

Em mensagem enviada à Alerj, o governador Cláudio Castro (PL) destacou que, apenas de serviço da dívida, o Rio vai pagar R\$ 11,6 bi em 2025. O montante vai crescer para R\$ 14,7 bilhões



Deputado Anderson Moraes (PL). Crédito: Julia Passos/Alerj

em 2025. A parcela mensal da dívida que o estado paga hoje à União tem valor equivalente ao déficit nas contas públicas estaduais.

O Ministério da Fazenda concordou em melhorar as condições financeiras da dívida, alongando o prazo ou diminuindo os juros e indexadores, em troca de mais investimentos em educação, ciência e tecnologia, com mais oferta de vagas para ensino técnico. Na opinião de Castro, esta seria uma excelente alternativa se o estado tivesse recursos para investir, o que não procede.

A emenda ainda será analisada pela Comissão de Orçamento da Casa antes de ser submetida ao plenário para aprovação ou rejeição.

RIO VAI CONCEDER O MAIOR SUBSÍDIO HABITACIONAL DO PAÍS



Secretário de Habitação, Bruno Dauaire, participa do Habitat + Rio Construção Summit. Crédito: Glauber Carvalho.

O déficit habitacional é uma questão que há décadas vem sendo enfrentada pelos governos brasileiros e figura entre as principais barreiras para a melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades. Entre as soluções, os programas que garantem subsídios para a compra da casa própria, como o Minha Casa, Minha Vida, trouxeram esperança para milhares de famílias com renda de até dois salários mínimos, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Dados divulgados em abril deste ano pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) revelam que, entre recursos públicos e

privados, o Brasil precisaria investir R\$ 1,97 trilhão em moradias até 2033 para acabar com o déficit habitacional, o que corresponde a um aporte anual de R\$ 197,5 bilhões.

No estado do Rio de Janeiro, a Fundação João Pinheiro (FJP) divulgou que o déficit habitacional é de 544.275 domicílios, o maior desde 2016. A fundação realiza este cálculo no país desde 1995 e o estudo atual apontou variados graus de deficiência em moradias fluminenses.

Para enfrentar esse desafio, em uma iniciativa pioneira, o governo do estado, por meio da Secretaria de Habitação de Interesse So-

cial (SEHIS), aprovou na Assembleia Legislativa (Alerj) a criação do Programa Habita+ Subsidiado, que vai conceder o maior subsídio habitacional do Brasil. Serão R\$ 25 mil para famílias fluminenses com renda bruta mensal de até R\$ 4.400 darem entrada na casa própria. Cerca de 14 mil famílias serão beneficiadas apenas na primeira fase do programa, que conta com a cooperação técnica da Companhia de Habitação do Paraná.

"O nosso benefício de R\$ 25 mil é o maior do país e, sem dúvida, será um grande aliado no combate ao déficit habitacional", afirmou o secretário de Habitação, Bruno Dauaire. "O valor de entrada costuma dificultar o acesso ao financiamento, mas, com o Habita+ Subsidiado, vamos ajudar as famílias a dar esse primeiro passo, trocando o aluguel pela prestação da casa própria. Além disso, o projeto vai gerar emprego e renda graças ao aquecimento de toda a cadeia produtiva relacionada à construção civil", completou. Em dezembro de 2023, Dauaire chegou a licenciar-se da pasta para reassumir seu mandato na Alerj e defender a aprovação do projeto no plenário da Casa.

EM FASE DE TESTES

No início de maio, uma equipe da SEHIS se reuniu com representantes da Caixa Econômica Federal para alinhar o processo de implementação do Habita + Subsidiado e apresentou a versão de testes do sistema, de forma a garantir total segurança ao cadastro dos pretendentes do Programa e agilidade na aprovação financeira da Caixa na modalidade financiamento habitacional.

Assim que os testes forem finalizados, os sistemas ficarão disponíveis para acesso e cadastramento. A Secretaria também já está preparando o edital de credenciamento para que as empresas interessadas em habilitar seus empreendimentos no programa possam apresentar suas propostas.

A previsão é de que todos os processos sejam finalizados e as operações entrem em funcionamento até o final do ano. Pelas projeções, o investimento inicial na construção civil e no mercado imobiliário trará um retorno de R\$ 2,2 bilhões para a economia do estado, com a geração de 75 mil novos postos de trabalho.

Além da aquisição de unidades habitacionais, a proposta aprovada pelo Executivo na Alerj também autoriza, futuramente, que o subsídio possa ser utilizado em projetos de melhorias habitacionais, como reforma de imóveis urbanos e rurais, em imóveis novos já prontos ou em futuras construções. Os recursos serão provenientes, preferencialmente, do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (Fehis).

O projeto aprovado autoriza ainda que o governo aporte recursos dos cofres estaduais no Minha Casa, Minha Vida ou em outro que vier a substituí-lo. A complementação de recursos fluminenses ao programa federal será por dotação própria e em forma de subvenção econômica. Também existe a possibilidade de o governo transferir a posse de terrenos próprios para a construção de unidades habitacionais.



EXCLUSIVO - CAPA

FLÁVIO BOLSONARO:

"A DIREITA É UMA GRANDE POTÊNCIA ELEITORAL NO RIO PARA 2024"



Em entrevista exclusiva cedida à revista Coisas da Política, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) fala sobre as eleições municipais de outubro no Rio de Janeiro e em como ela impactará no cenário nacional para 2026. Saiba tudo sobre a escolha do nome de Ramagem para a disputa e a indefinição para fechar um vice, e o que o PL espera para o pleito em todo o estado.

1. Existe hoje uma grande expectativa para o anúncio do nome que vai ocupar a vaga de vice na candidatura do deputado federal Alexandre Ramagem à Prefeitura do Rio. O partido já tem

um nome? Quais requisitos estão sendo buscados para esse vice?

Não existe nome certo, o que existe são bons nomes alinhados com a pauta do presidente Bolsonaro. Mas essa decisão será tomada por ele, pelo presidente Bolsonaro. Ele, agora, está tratando da saúde, focado em melhorar para poder voltar com força total. Depois disso, esse nome será discutido em consenso com todo o nosso grupo, com o presidente do PL e com todo mundo que está na construção da candidatura do Ramagem.

2. Considerando a votação expressiva de Jair Bolsonaro no Rio de Janeiro, nas últimas eleições presidenciais, quais fatores deverão ser levados em conta para que o partido não aposte em uma chapa puro sangue?

O trabalho de alianças partidárias se faz muito em cima da expectativa de poder. E Ramagem já pontua com mais de 30% de intenções de votos em algumas pesquisas. O presidente Bolsonaro é muito querido no Rio de Janeiro e em todo o Brasil. As pessoas sabem que ele é diferente, que ele se importa. Mais importante do que uma chapa puro sangue é o projeto político em torno das pautas que acreditamos, em torno daquilo que o carioca quer para o Rio de Janeiro e do que sonhamos para o Brasil e para as nossas famílias. No governo Bolsonaro houve a maior queda na taxa de homicídios e em vários outros índices de criminalidade. O atual prefeito do Rio acha que segurança pública não é problema do município, mas é também, e Ramagem vai mostrar isso ao povo carioca.

3. Sobre a expressiva votação no Rio de Janeiro, a que o senhor acha que se deve essa preferência pelo nome de Jair Bolsonaro? O Rio de Janeiro é um estado conservador?

O Rio de Janeiro e o Brasil acreditam nas pautas de direita, de defesa da vida desde a concepção, de não estimular a sexualização precoce das crianças, de combate às drogas, de firmeza contra criminosos, de estimular a geração de empregos, de serviços públicos de qualidade, de o Estado ajudar os mais humildes e tantas outras. Ninguém aguenta mais as políticas de esquerda que colocam em risco a vida do trabalhador, do pai de família, das nossas crianças. O atual prefeito gosta de tomar uma cervejinha, mas tá sempre cheio de seguranças. E o carioca não tem paz pra tomar sua cervejinha por medo de ser assaltado e muito menos para pegar o trem ou ônibus pra trabalhar, ir a um posto de saúde e ter médico na hora pra atendê-lo, esperar num sinal de trânsito, preocupado em ser assaltado, ou para deixar seus filhos numa creche boa e segura. E todo mundo quer também liberdade e democracia. Quem é de direita se identifica com essas pautas e por isso vota em Jair Bolsonaro e com o nosso projeto.

4. As pesquisas realizadas até agora mostram muitos cariocas indecisos para a escolha do novo prefeito. Como o PL espera convencer esses eleitores de que a candidatura do Delegado Ramagem é a melhor opção para o Rio de Janeiro?

A verdade é que os cariocas não tinham opção. Agora têm! Ramagem é o homem certo, no lugar certo e na hora certa. Tem experiência em gestão pública, tem experiência no combate ao crime e foi parte do melhor governo que o Brasil já teve. Jair Bolsonaro escolheu o nome dele porque tem confiança de que ele vai levar adiante o projeto de Rio de Janeiro que o carioca quer e precisa. Ramagem é diferente, tem a força necessária para desmontar tudo o que está aí e o apoio certo para transformar o Rio de Janeiro na melhor cidade do Brasil para se viver. Jair Bolsonaro deu uma missão difícil para Ramagem. Não é fácil alcançar o que foi pedido a ele. Mas o nosso capitão escolheu Ramagem porque sabe que ele é capaz. O cara é aguerrido. Tem peito para fazer e não desistir. Muitos ainda não o conhecem e tenho certeza de que, quando conhecerem, darão a ele a oportunidade de fazer diferente e melhor do que o atual prefeito, que teve três mandatos para fazer e não conseguiu. O Rio continua uma bagunça geral.

5. As soluções para o problema da violência na cidade, sem dúvida, serão destaque, não só no programa de governo do Delegado Ramagem, mas no debate político. Quais problemas o senhor considera cruciais e que deverão ser priorizados nesse programa?

Resolver o problema de segurança do Rio de Janeiro não é fácil, não se faz com passe de mágica e nem com flores para bandidos. O primeiro passo é reconhecer que o município pode, e deve, ajudar no combate aos criminosos. O Rio de Janeiro precisa de uma mudança estruturante, com um reposicionamento da Guarda Municipal, que hoje parece só receber ordens pra baixar o cacete em camelôs e fechar quiosque de trabalhadores na orla. A Prefeitura pode colaborar com tecnologia, informação e inteligência artificial para, de forma integrada, complementar o trabalho das polícias.

6. De que forma as eleições de 2024 no Rio de Janeiro vão impactar no cenário eleitoral de 2026?

As eleições de 2024 são o começo da reconstrução do Rio de Janeiro e do Brasil. É o primeiro passo para voltarmos ao caminho da prosperidade, da paz e da liberdade plena. O que mais escuto na rua é que tá difícil ser brasileiro. A vida do carioca tá mais difícil do que nunca. A dupla Lula e Paes precisa ser parada já este ano. A verdade é que Eduardo Paes não aguenta mais ser prefeito. Quer botar seu pupilo, Pedro Paulo, de vice em sua chapa para largar a Prefeitura em 2026 e tentar se eleger governador do estado. Ele coloca seu interesse pessoal acima do interesse do povo. E a candidatura do Ramagem, com o apoio do presidente Bolsonaro, é uma oposição a tudo isso.

7. Qual a meta do partido para a eleição de 2024?

A meta do partido para esta eleição não é só eleger Ramagem como prefeito do Rio de Janeiro mas também ampliar nossa representação nas câmaras municipais e prefeituras em todo o Estado. A direita é uma grande potência elei-

toral no Rio para 2024. Queremos consolidar o PL como uma força política transformadora, comprometida com a segurança, com a transparência e com o desenvolvimento econômico. Nosso objetivo é construir um Rio de Janeiro mais seguro e com muitas oportunidades para o povo trabalhador, mostrando que com liderança e competência é possível mudar a cidade.

8. O senhor pretende vir candidato à presidente ou a governador em 2026?

Não tenho a pretensão de ser candidato à Presidência da República ou a Governador do Rio. Acredito que Bolsonaro estará elegível para disputar as eleições em 2026, assim como acredito que o governador Cláudio Castro não perderá seu mandato por uma ação proposta pelos que foram amplamente derrotados nas urnas em 2022. Pretendo ser candidato à reeleição de senador, pois tenho a convicção de que o Senado Federal terá papel fundamental no resgate do nosso Brasil das mãos da esquerda que, se Deus quiser, não governará mais o país a partir de 2027.



POLÍTICA

GRÁVIDA DO PRIMEIRO FILHO DEPUTADA RENATA SOUZA DESTACA IMPORTÂNCIA DA LICENÇA MATERNIDADE

Cinco anos após apresentar o Projeto de Resolução 301/19 na Alerj, que garante licença maternidade para os parlamentares da Casa, a deputada Renata Souza (PSOL) anunciou sua primeira gravidez: a chegada da pequena Rubi é ansiosamente esperada para agosto. Mas apesar da felicidade, pelo menos por enquanto a parlamentar não poderá usufruir do benefício, porque seu projeto ainda não foi aprovado em plenário, nem tampouco sancionado pelo governador.

A expectativa da deputada, no entanto, é positiva, já que a matéria foi aprovada em primeira discussão no dia 7 de maio e aguarda, agora, uma segunda discussão em plenário. Desde o início desta legislatura muitos projetos que estavam parados há anos na Alerj começaram a tramitar. São muitos e o trabalho de apreciação dos deputados tem sido intenso.

Se engana quem pensa que a deputada legislou em causa própria. Ela apresentou o projeto em 2019, na legislatura anterior, quando ainda nem imaginava engravidar. Além disso, a licença maternidade é um direito constitucional.

"A licença maternidade é um direito fundamental, que está relacionado à proteção integral da mulher para o exercício do parto, do puerpério e da maternidade, sem sofrer discriminação e sem o ônus de perder o seu emprego", defende a deputada, lembrando que o direito já está previsto inclusive na CLT.

De acordo com o projeto, as deputadas gestantes poderão ter direito à licença maternidade de 180 dias, prorrogável no caso de aleitamento materno, por, no mínimo, mais 30 dias.

E não apenas as deputadas, mas os deputados também serão beneficiados. O projeto também concede licença paternidade de até 30 dias consecutivos.

"A ausência paterna nos primeiros dias de vida do bebê acaba por sobrecarregar a mãe, que se encontra no delicado período puerperal, muitas vezes em recuperação física e psicológica", explica Renata Souza.

Já em caso de perda gestacional será concedida licença maternidade de 30 dias, estendendose, no máximo, até 90 dias e licença paternidade de até 30 dias consecutivos.



DEPUTADOS ASSINAM MOÇÃO DE APOIO AO CFM POR RESOLUÇÃO QUE PROÍBE O ABORTO A PARTIR DA 22° SEMANA

Deputados do Rio de Janeiro protocolaram na Assembleia Legislativa do Estado, a Alerj, uma Moção de Apoio ao Conselho Federal de Medicina pela Resolução 2.378/2024, que profibe a realização da chamada assistolia fetal para interrupção de gravidez. O procedimento é usado pela medicina nos casos de abortos previstos em lei, como em estupro.

A assistolia consiste na introdução de cloreto de potássio diretamente no coração do nascituro, causando a sua parada cardíaca.

O procedimento está sendo propositalmente introduzido para facilitar a prática do aborto entre o quinto e o nono mês de gestação pois, sem a assistolia, o bebê nasceria vivo e teria que ser morto fora do útero, um procedimento traumático inclusive para os profissionais da área da saúde que se dispõem a trabalhar com o aborto.

"Diante das graves ameaças à vida, esta moção é motivada pela movimentação iniciada logo após a publicação no D.O.U. do dia 3 de abril próximo passado, da Resolução CFM n. 2.378, de 21 de março de 2024, com o fito de a menoscabar e desqualificar", informa o documento apresentado à Mesa Diretora da Alerj. Assinam os deputados

Anderson Moraes; Danniel Librelon, Dr. Serginho, Fabio Silva, Filipe Soares, Filippe Poubel, Fred Pacheco, Índia Armelau, Marcelo Dino, Márcio Gualberto, Otoni de Paula Pai, Rodrigo Amorim, Samuel Malafaia, Thiago Gagliasso, Giselle Monteiro, Carlos Macedo, Tia Ju, Lucinha, Renan Jordy, Wellington José, Alan Lopes e Rosenverg Reis.

IMBRÓGLIO JURÍDICO

No dia 18 de abril, uma decisão da juíza Paula Weber Rosito, da Justiça Federal em Porto Alegre, suspendeu a resolução publicada no início do mesmo mês pelo CFM, atendendo ao pedido feito pela Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes).

A magistrada entendeu que o CFM não tem competência legal para criar restrição ao aborto em casos de estupro. "A lei que rege o CFM, assim como a lei do ato médico não outorgaram ao Conselho Federal a competência para criar restrição ao aborto em caso de estupro", escreveu a juíza.

No dia 26 de abril, por meio de um recurso no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), o Conselho conseguiu a anulação da medida liminar que suspendia os efeitos da Resolução 2.378/2024. Para tomar a decisão, o desembargador argumentou que esse tipo de interrupção de gravidez está sendo debatida no Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 989/2022, que questiona ações e omissões do Ministério da Saúde que estariam impedindo a realização de aborto em decorrência de gravidez proveniente de estupro.

NO DOCUMENTO, OS DEPUTADOS AINDA ARGUMENTAM:

"Recentemente, contra as normas técnicas do Ministério da Saúde em vigor, nas quais desaconselha-se o aborto após a vigésima semana, o Ministério Público tem insistido que o Código Penal de 1940, ao não punir o aborto em caso de estupro, não teve intenção de impor limites à prática, uma vez que, no seu artigo 128, que dispõe sobre o tema, não teria fixado limites de idade gestacional.

Ocorre, porém, que está sendo esquecido que a mortalidade materna em consequência de um parto cesáreo, em 1940, único modo possível de se realizar um aborto tardio naquela época, estava em torno de 20%. As mulheres poderiam morrer devido a septicemia decorrente



Foto: Pixabay

de uma infecção, pois não estava ainda disponível a penicilina nem os demais antibióticos. A penicilina, que baixou a mortalidade materna após o parto cesáreo praticamente a zero, somente começou a ser difundida na prática médica após a Segunda Guerra Mundial. Por este motivo, em 1940, a prática

do aborto no segundo e terceiro trimestre da gestação era algo impensável. E, caso fosse tentado, seria visto como um infanticídio e não como um aborto. Este foi o motivo pelo qual o legislador não colocou um limite gestacional para a não punibilidade do aborto em casos de estupro. Legisla-se sobre reali-

dades, não sobre hipóteses reconhecidamente impossíveis.

Por este motivo entendemos que o Conselho Federal de Medicina, em sua Resolução CFM 2.378/2024, oportunamente equipara com clareza a realização do procedimento de assistolia fetal a um ato médico que ocasiona o feticídio".

PROJETO DO GENERAL PAZUELLO PARA COMBATER O TRÁFICO DE CRIANÇAS AVANÇA NA CÂMARA

O combate ao tráfico de crianças e à troca de recém nascidos nos hospitais está mais perto de ganhar uma arma poderosa. Trata-se do Projeto de Lei 2611/23, do deputado federal General Pazuello (PL-RJ), que obriga maternidades e hospitais em todo o país a incluir as impressões digitais do recém-nascido e da mãe na Declaração de Nascido Vivo (DNV).

A matéria acabou de receber parecer favorável da Comissão de Saúde e agora aguarda a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

"Nosso projeto foi aprovado! Avançamos mais um passo em nosso compromisso de combate ao tráfico infantil", comemorou o General Pazuello em suas redes sociais.

O tráfico infantil tem recebido especial destaque após a exibição nos cinemas do filme "Som da Liberdade", de Alejandro Monteverde, que mostra a realidade das crianças sequestradas. Outro fator que colaborou com a ampliação do debate foram as denúncias de tráfico e exploração sexual de crianças na Ilha de Marajó, no norte do Pará, que vieram à tona na imprensa nacional.



De acordo com a proposta do parlamentar, as unidades hospitalares serão responsáveis por colher as impressões digitais dos pés dos recémnascidos e dos indicadores e polegares das mães, assegurando assim uma identificação precisa e única para cada criança e sua genitora.

O projeto de Lei estabelece ainda que as unidades de saúde mantenham cópias digitalizadas dos documentos, garantindo assim a preservação e a acessibilidade a qualquer momento.



CÂMARA DE NITERÓI CANCELA HOMENAGEM A ATOR QUE CHAMOU JESUS DE BICHA

A Câmara de Niterói (RJ) oficializou o cancelamento da homenagem aprovada no dia 16 de abril, que concedia ao cantor Johnny Hooker o Título de Cidadão Niteroiense, como o site COISAS DA POLÍTICA já havia adiantado. O artista pernambucano é conhecido por ter chamado Jesus de travesti e bicha durante uma apresentação.

O cancelamento da homenagem se deve ao vereador bolsonarista Douglas Gomes (PL), que entrou com requerimento solicitando a anulação da votação pelo descumprimento do Regimento Interno.

O Artigo 288 do regimento determina que projetos de decretos legislativos destinados a títulos honoríficos sejam aprovados por, no mínimo, dois terços dos vereadores, ou seja, a decisão de homenagear Jonny Hooker teria que ter recebido pelo menos 14 votos favoráveis. Mas a homenagem foi aprovada por apenas 7 votos, em um dia que não estava na pauta e que 8 vereadores estavam ausentes.

Na ocasião, o vereador Leandro Portugal classificou de "pegadinha" a aparente manobra para aprovação da homenagem ao artista. O parlamentar usou o plenário no dia seguinte para dizer que durante a votação estava em uma agenda externa e que foi surpreendido com a colocação em pauta de uma matéria extremamente polêmica.

A homenagem foi apresentada pela vereadora Benny Briolly (PSOL-RJ), que comemorou a aprovação da honraria em suas redes sociais e não gostou nem um pouco de como a história terminou.



'FALA PÚBLICA': PODCAST DESCOMPLICA A POLÍTICA COM ENTREVISTAS PARA LÁ DE INTERESSANTES

Nunca antes foi tão fácil entender a política e os projetos dos parlamentares em prol da população. Apresentado por Flávia Aguiar e Pietro Bernardes, o podcast "Fala Pública" estreou em fevereiro, no YouTube, e já se tornou referência para quem quer estar bem informado, trazendo, sempre às quintas, um convidado diferente para falar sobre temas relevantes, sob uma ótica atual e descomplicada.

Entrevistas com o tenente-coronel Lauro Botto, superintendente da Defesa Civil do Rio, com o desembargador aposentado Siro Darlan e com a delegada Débora Rodrigues, ex-titular da Deam de São Gonçalo e atual titular da 66ª DP (Piabetá) já estão no YouTube e podem ser conferidas.

Flávia e Pietro trabalham como assessora parlamentar e chefe de gabinete, respectivamente, na Assembleia Legislativo do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Eles explicam que a ideia do podcast surgiu da necessidade de mostrar para a população como funcionam os bastidores da política, explicando de forma simples e objetiva para a população como se dão as relações de poder.

"Recebemos o incentivo de vários amigos para criarmos este canal", conta Flávia, que se inspirou em alguns modelos de podcasts de sucesso.

Os convidados são escolhidos entre figuras públicas, atuantes e que tenham desenvolvido políticas e projetos sociais relevantes para a sociedade. Os temas são sempre atuais e os episódios são imperdíveis.

Para Flávia Aguiar, o "Fala Pública" é muito mais do que um podcast. "É também a sensação de realização profissional e de cumprimento de nosso dever", destaca.



Flávia Aguiar e Pietro Bernardes comandam o podcast "Fala Pública". Crédito: divulgação

DEPUTADO FILIPPE POUBEL PEDE A EXTINÇÃO DO DETRO



Deputado Filippe Poubel pede ao governador a extinção do Detro-RJ. Crédito: divulgação/Alerj.

O movimento para tentar extinguir o Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (Detro-RJ) tomou corpo na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). O deputado Filippe Poubel (PL) protocolou uma indicação legislativa na Casa pedindo que o governador Cláudio Castro acabe com o órgão e transfira suas funções para o Departamento Estadual de Trânsito (Detran).

No plenário da Alerj, o deputado denunciou a celebração de um contrato de R\$ 16 milhões firmado entre o Detro e o Consórcio Rio Parking Carioca, relativo a serviços de remoção, depósito e guarda de veículos rebocados.

Poubel revelou que o consórcio seria formado pelas empresas TCR Construtora Ltda e Administração de Pátios e Leilões (APL) que, segundo o parlamentar, alimentariam a máfia dos reboques.

Em setembro do ano passado, durante audiência pública da CPI do Serviços Delegados, a vice -presidente do Detro, Eneida Ferreira Paz, anunciou a suspensão do contrato de reboques com a APL após a dona da empresa, Soraya Brasília Jorge, comunicar que não possuía veículos para realizar o serviço, causando uma surpresa geral.

Poubel conseguiu apoio até do deputado Luiz Paulo. Além de sugerir uma auditoria no órgão, o líder do PSD lembrou que o Detro possui as mesmas funções da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado (Agetransp) e, desta maneira, deveria de fato ser extinto.

"Nos últimos meses, a Comissão de Combate à Desordem Urbana tem realizado diversas fiscalizações no estado e constatado diversas irregularidades, como contratos superfaturados e contratação de empresa de reboque que não possui veículos para realização dos serviços. O Detro há muitos anos vem demonstrando a sua mais completa incompetência para dar cumprimento às suas atribuições legais", justificou Poubel.

'DINHEIRO PELO RALO': TROPA DE CHOQUE DA ALERJ QUER SABER ONDE FORAM PARAR MAIS DE R\$ 10 MILHÕES INVESTIDOS EM CENTRO CULTURAL 'ABANDONADO'



Deputados Alan Lopes, Rodrigo Amorim e Filippe Poubel fiscalizam reforma no Centro Cultural da Cedae. Crédito: divulgação/Alerj

A Tropa de Choque da Alerj, formada pelos deputados Alan Lopes e Filippe Poubel, do PL, e Rodrigo Amorim, do União Brasil, voltou à ação com mais uma fiscalização para a CPI da Transparência. Desta vez, o alvo foi o casarão que abrigaria o Centro Cultural da Cedae, no Centro do Rio, mas que segue inativo. Segundo os deputados, o quadro no local é de total abandono, apesar dos mais de R\$ 10 milhões investidos e captados pela Cedae através da Lei Rouanet para a reforma do espaço. Os responsáveis pelo Instituto de Sustentabilidade e Novos Talentos do Esporte e da Cultura (Intec), que promove a restauração do espaço, serão convocados coercitivamente para prestar depoimento ao colegiado.

"É dinheiro do contribuinte indo pelo ralo. Um espaço maravilhoso desse abandonado, em escombros", lamentou Rodrigo Amorim, lembrando que mais R\$ 10 milhões seriam investidos nas obras através do Fecam, mas o aporte não foi feito graças à ação da comissão.

Na vistoria, os deputados encontraram infiltrações, janelas sem vidro, paredes descascadas e com reboco caindo, grades enferrujadas e fiação de rede elétrica exposta e pendurada. Em um dos banheiros, sujeira e até larvas nas pias.

"É a certeza de impunidade", avaliou Alan Lopes. "A Cedae aplicou R\$ 3,8 milhões e, o Intec, mais R\$ 7 milhões via Lei Rouanet. É um tapa na cara do cidadão que trabalha e paga imposto", acrescentou Poubel.

O prédio histórico fica na Rua Riachuelo, em pleno corredor cultural da Lapa e pertence à Cedae. Em 2014, passou por reforma para se tornar centro cultural, com mostras e exibições de filmes sobre os recursos hídricos e o consumo consciente da água. Previsto para ser inaugurado em 2015, como parte dos 450 anos da cidade, já apresenta sinais de deterioração. Em 2021, a Cedae chegou a divulgar nota informando que o espaço seguia em reforma, com nova previsão de reabertura para junho de 2022, o que não aconteceu.

ARTIGO

O DÉJÀ VU QUE NÃO PODE SE REPETIR

*Fábio Queiróz é embaixador da Sustentabilidade do Rio de Janeiro, presidente da Associação de Supermercados dos Estado do Rio de Janeiro e vice-presidente da Associação Latino Americana de Supermercados.

A calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul tem tons de déjà vu. Há quatro meses, o Rio de Janeiro recebeu a maior precipitação do mês de janeiro desde a criação do Alerta Rio, em 1997. As ruas ficaram cheias, a água invadiu e desmoronou casas e pelo menos 11 pessoas perderam a vida.

A tragédia se repete e repete. Temos urgência de agir e abordar questões ambientais. Entre as diversas práticas que podem ser adotadas para diminuir as consequências de um alagamento ou chuva forte, está a redução do uso descontrolado de sacolas plásticas. Desde 2019, a Associação de



Supermercados do Estado do Rio de Janeiro (ASSERJ) apoia o uso de alternativas mais responsáveis em relação ao meio ambiente, como as reutilizáveis ecobags e caixas de papelão.

O descarte irresponsável das sacolas plásticas resulta em sacos acumulados nos bueiros, que escorrem, entupindo as tubulações e contaminando os rios, e, quando chegam ao mar, tiram a vida dos animais marinhos que confundem o plástico com alimento.

Além disso, a produção de sacolas plásticas consome recursos não renováveis e contribui para a emissão de gases de efeito estufa. A decomposição lenta do plástico agrava ainda mais o problema, criando resíduos que vão persistir por séculos.

A ASSERJ defende a necessidade de adotar práticas mais sustentáveis, e, em 2019, criou o movimento "Desplastifique Já!" Logo nos dois primeiros meses de campanha foi possível sen-

tir a adesão da população e uma pesquisa no setor identificou que 70% dos consumidores pesquisados já não usam sacolas plásticas. É um percentual representativo, mas é preciso fazer mais. A substituição das sacolas plásticas por opções reutilizáveis é um passo significativo na direção certa, reduzindo a emissão de carbono e diminuindo a poluição plástica.

A tragédia no Rio Grande do Sul destaca a conexão intrínseca entre práticas cotidianas, como o uso de sacolas plásticas, e os desastres ambientais que enfrentamos. É imperativo que se faça a transição para alternativas sustentáveis, como as ecobags. É um passo crucial na direção de um futuro mais verde e resiliente. Ao adotarmos essas práticas, podemos contribuir para a preservação do meio ambiente e para a prevenção de tragédias semelhantes no futuro.

Já passou da hora de agir.



BALAIO DO GATO

Conheça o nosso novo colunista de política que já chegou mostrando a que veio: causar tumulto! Fruto do pecado entre um contador da máfia siciliana e uma decadente atriz espanhola, chegou à Guanabara lá pelos idos de 1990 quando seu pai precisou fugir de alguns problemas na Sicília. Ainda jovem, nosso colunista foi trabalhar de atendente em uma famosa joalheria e, aos poucos, foi sorrateiramente se embrenhando pelos

> becos da política fluminense até se tornar quem é hoje: o Gato Maestro. Conhecedor dos mais íntimos segredos dos homens e das mais espúrias transações políticas, é melhor tomar muito cuidado com a língua ferina deste felino que, de gatinho bobo, não tem nada. Miau...

O bom filho a casa torna

A Alerj anda em polvorosa com a notícia do possível regresso de um ilustre descendente do velho e saudoso Dom Picciani, amigo querido dos meus parentes na Sicília. Um verdadeiro "Padrino", que sabia mandar e dar as cartas como ninguém. A dúvida agora é se o jovem volta para o mandato pelo qual tanto lutou ou se permanece na Secretaria onde comanda um belíssimo orçamento turbinado pela Lei de Incentivo aos Esportes. Eu, que não sou nem um pouco chegado à prática de esportes, fico do alto do

meu telhado só observando as favoritas para receber essas dezenas de milhões. Se permanecer na Pasta, é sinal de que, no governo Castro, o MDB está com tudo e não está prosa, mesmo só contando com dois deputados. O problema é depois, na hora que o leite derramar, não adianta contar somente com a força do presidente da Casa para salvar sua pele porque, como diz o ditado, uma andorinha só não faz verão. Ou o governador ainda não percebeu que nem todos os gatos são pardos e que mui-



tos andam bem insatisfeitos com sua gestão? A dica de hoje é: repartir para não cair. Taí o pulo do gato!

A nova rota da propina

O seguro morreu de velho, já dizia minha nona quando o assunto era dinheiro. O pouco que ela recebia da aposentadoria, mais o tanto que ganhava preparando quitutes para vender

na feira, ela guardava embaixo do colchão. Em sua opinião, era o local mais seguro para o seu pouco dinheirinho. Mas se o dinheiro era muito, o melhor era guardar em bancos na Suíça,

Caribe ou EUA, principalmente quando a grana era de procedência pra lá de duvidosa. Com o tempo, os acordos internacionais de cooperação assinados entre esses países

acabaram com a farra dos antigos paraísos fiscais. Contudo, o mercado não perde tempo (nem dinheiro) e logo buscou um novo caminho das Índias. Bancos de Dubai, Xangai e Hong-Kong – localizados em países não signatários dos acordos de cooperação internacional despontaram como um verdadeiro Negócio da China. Uma Brastemp, quando o assunto é lavar bem o seu dinheiro. Graças a esse conhecimento passado de geração em geração, muitos dos novos mafiosos da Lava-Jato conseguiram, com muita competência, manter seus patrimônios longe das



Foto: Freepik

garras poderosas da República de Curitiba. E de quebra ainda serviram de alerta para a nova geração, conhecida como Geração Rolex. Eu, como não tenho muito, continuo guardando minha pouca prata no colchão. Minha nona sabia das coisas!

Que saudade do Rio de Madonna

Este felino que vos mia acordou hoje novamente com saudade do Rio de Janeiro de Madonna. Porca miséria, levantei cedo e fui dar uma voltinha pela cidade, como faço todas as manhãs. Mas, logo na primeira banca de jornal, desisti de seguir com meu projeto de gato saudável. Enquanto o jornaleiro e alguns aposentados conversavam sobre os casos de violência da última madrugada, os jornais caprichavam nas matérias sobre o mesmo tema. Aí fico pensando com meus bigodes, que falsa percepção é essa que o carioca tem de que está tudo lindo, tudo funcionando bem, que vivemos num mar de rosas? Nápoles é, de longe, a cidade mais violenta da minha amada Itália, mas nada se compara ao Rio. A começar pela omissão das autoridades municipais que lavam suas mãos quando o assunto é Segurança Pública

e empurram o problema para o governo do estado. Este, por sua vez, até age com suas duas polícias, mas aí vem uma legislação leniente com o crime e todo mundo já sabe como isso termina. Pelo menos, a notícia do fim das "saidinhas" para os gatunos nos permitiu respirar aliviados. Agora é torcer para que nenhum ex-presidiário do Planalto recorra ao STF no intuito de garantir o direito aos carcamanos.





Anjo Bom

Tem ator por aí se achando um "Marcello Mastroianni", mas que não passa de um fanfarrão de meia tigela. Na hora de lacrar nas redes sociais, posta foto com a gata e com os belíssimos filhos do coração. Mas na hora de ajudar a própria mamma em sua campanha para arrecadar doações para as vítimas do Sul, o carcamano finge que nem é com ele. Ainda bem que a matriarca tem outro filho, um mais novo, tratado pelo irmão global como um patinho feio, mas que – este

sim! – anda lacrando pelos corredores da Alerj. Um simples compartilhamento da campanha da mamma em suas redes sociais e "Ecco!", a campanha bombou. Os desabrigados agradecem!

Foto: divulgação/Alerj



Quem será o novo Rei do Rolex?

Reza a lenda que um ex-secretário, preso na época da Lava Jato, tinha uma belíssima coleção com 70 relógios Rolex de ouro, todos guardados em segurança na cidade litorânea de Miami. O tempo passou e hoje os fofoqueiros de plantão afirmam que tem secretário por aí que pode facilmente

ocupar o posto de novo Rei do Rolex. Para quem não conhece – e isso este bichano vai explicar – você pode ganhar um Rolex, direta ou indiretamente, e viajar para o exterior, deixando a joia em terras estrangeiras, em um apartamento ou em um cofre de banco. Se cada peça um vale em torno de US\$ 300 mil, em dez viagens foi possível evadir US\$ 3 milhões, limpos de impostos. Vai que amanhã surge algum problema? Esperto foi aquele que guardou seus 70 Rolexs de ouro no exterior e nunca passou aperto, mesmo na época da Inquisição da Lava Jato. O seguro morreu de velho!

Foto: Pinterest





ANUNCIE CONOSCO

Faça parte do dia a dia dos nossos leitores e conquiste mais clientes para a sua empresa. Quer divulgar seus produtos e serviços? Solicite o nosso Media Kit pelo e-mail

coisasdapolitica.rj@gmail.com



www.coisasdapolitica.com coisasdapolitica.rj@gmail.com